



# ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

## SUMÁRIO EXECUTIVO

Volvidos quase dez anos desde a sua aprovação, a Agenda 2025—Estratégias e Visão da Nação, continua um documento de referencia na definição das prioridades da Nação. No entanto, neste mesmo período, muitos outros desafios endógenos e exógenos se colocam ao País. Desafios não apenas de ponto de vista económico, social ou político, mas mesmo em termos de consenso sobre a Visão e Estratégia de crescimento e desenvolvimento. Sem pretendermos ser exaustivos, podem-se mencionar alguns elementos;

- a) Por exemplo, a nível internacional, o impacto da crise financeira obriga **ajustamentos das estratégias** de crescimento e desenvolvimento; *que resultarão na tomada de medidas para atenuar o custo de vida*;
- b) A nível nacional, do ponto de vista económico e social, argumentos importantes encontram-se na necessidade de **reverter os lentos progressos** que se registam na redução dos níveis de incidência da pobreza;
- c) A análise aos recentes resultados do Relatório de Avaliação da Implementação do PARPA II (RAI) e os Resultados da Avaliação do III Inquérito aos Agregados Familiares (IAF) e o Censo Geral da População e Habitação (2007) justificam que, a par das intervenções padrão em curso, **novas abordagens consistentes com os novos desafios**, por forma a promover o desenvolvimento económico e social;
- d) Por outro lado, a nível do sector publico, as reflexões sobre o Sistema Nacional de Planificação, do Cenário Fiscal de Médio Prazo, sustentam a necessidade de **ajustar** a Estratégia de Desenvolvimento.

Este documento, com um horizonte temporal de 20 anos, deverá constituir plataforma orientadora importante para intervenções de médio prazo, emanadas através de diversos documentos, incluindo, os Planos Quinquenais de Governo, Políticas e Estratégias Sectoriais, todos assentes no Sistema Nacional de Planificação e com um Programa Integrado de Investimento Publico, como mecanismos de materialização da visão.

Uma visão clara com uma perspectiva de longo prazo, com programas e investimentos coerentes são a chave para o desenvolvimento do País. **A limitação na harmonização** de estratégias sectoriais, provincias, o sector privado, informal, os media, as instituições académicas, políticas, e financeiras e a

sociedade civil em geral serve como barreira para o alcance de qualquer objectivo. A ausência de **sinergias** multidisciplinares, tanto como no desenho das estratégias políticas e na sua implementação, enfraquecem qualquer organização do processo de desenvolvimento, com desafios complexos. Esta **falha institucional** destabiliza o avanço no alcance dos objectivos nacionais. Esta limitação enfraquece também a **capacidade de mobilizar e organizar a participação das comunidades locais**, o sector privado, as instituições públicas, os jovens, etc. Para colmatar estes desafios sistemáticos, a EDEN pretende desenhar um plano que tenha a capacidade de comunicar na sua simplicidade: ***a intenção do País, o tipo de Nação que desejamos e como pretendemos chegar lá.***

A visão da Estratégia é que Moçambique seja, um país seguro, próspero, sustentável, competitivo, assente numa economia industrializada, com um rendimento médio que garante uma redistribuição da riqueza e um bem estar social”.

A industrialização deverá nesse contexto constituir um factor de força para novas dinâmicas económicas, aumento da produção e produtividade e competitividade económica do país, através da criação de novas capacidades e padrões de desenvolvimento económico, e que vai permitir as ligações mais sólidas e eficientes na economia como um todo.

Esta visão será alcançada através da promoção da industrialização e competitividade económica e terá como áreas chave as seguintes:

- 1. Desenvolvimento da industrialização e da competitividade da economia**
- 2. Desenvolvimento do capital humano, investigação científica e inovação**
- 3. Desenvolvimento das infra-estruturas e do planeamento territorial**

## CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE MOÇAMBIQUE

Moçambique fica situado na costa oriental da África Austral, entre as latitudes 10° 27'N e 26° 52'S. Possui uma área de 799.380 Km<sup>2</sup>, dos quais cerca de 2.515 Km<sup>2</sup> é marítima e 6.960 corresponde a parte terrestre. Faz fronteiras, a norte com a Tanzânia, a oeste com Malawi, Zâmbia, Zimbábwe e África do Sul, e a sul com Suazilândia. Apresenta uma faixa costeira a leste do território e é banhado pelo oceano Índico, numa extensão de 2.470 quilómetros, desde a foz do Rio Rovuma até à Ponta de Ouro com Ilhas ao longo da costa. Observa-se uma diversidade de zonas agro-ecológicas na extensão costeira.

Por razões geográficas, económicas e históricas, as províncias distribuem-se por três grandes regiões: a região Norte, que compreende as províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula; o Centro, com as províncias da Zambézia, Tete, Manica e Sofala e a região Sul, que inclui Inhambane, Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade.

A zona norte do País é constituída por uma grande formação montanhosa em que as maiores elevações se situam ao longo da margem leste do Vale do Rift da África Oriental. A região central é dominada pelo Vale do Baixo Zambeze. Junto ao delta, o vale é caracterizado por planícies enquanto que no interior, na província de Tete, as margens do vale são montanhosas. A zona sul do País, (a sul do Rio Save) é constituída por uma vasta planície litoral limitada por formações montanhosas ao longo da fronteira ocidental.

O clima do País é predominantemente tropical húmido, com duas estações: fresca e seca, e quente e húmida. Sua localização geográfica facilita a ocorrência sistemática e de forma cíclica de desastres naturais no que tange as cheias e secas, incluindo ciclones.

Moçambique apresenta uma grande variedade de solos, sob influência marcada das condições geológicas e do tipo de climas característicos do país. Predominando a região norte os solos de fertilidade média e no sul os solos arenosos de baixa fertilidade, intercalados com planícies de aluviais altamente férteis. No que concerne à vegetação, destacam-se essencialmente três espécies: a floresta densa, a floresta aberta e a savana, enquanto que tem a zonas restritas aparece o mangal. Contudo, predomina savana em grande parte do território moçambicano. O país conta com mais de 100 bacias hidrográficas, cerca de 1.300 lagos e 10 barragens, com capacidade de armazenamento de 430.000 m<sup>3</sup> de água.

A precipitação média anual varia da evaporação potencial que é de 1.280mm e as regiões de menor deficit de água localizam-se ao sul do rio Save, na parte norte da província de Manica e no Sul da província de Tete. Com essas características o risco de perdas de colheitas na agricultura de sequeiro excede aos 50% na região do Sul do rio Save, atingido mais de 75% na província de Gaza. As regiões Norte e Sul são favoráveis à agricultura de sequeiro, onde o risco de perda de colheitas é menor cerca de 5% a 30%.

A população total é estimada em cerca de 23 milhões de habitantes, dessa população 54% é considerada pobre e com elevado índice de seroprevalência, isto é, portadores de vírus do HIV/ SIDA. Esta população, predominantemente rural, encontra-se distribuída em dez províncias, com um total de 128 distritos e 33 municípios/autarquias em um País multicultural cuja língua oficial é português, com apenas 5% da população conste como língua materna, pois coexiste com diversas línguas nacionais e dialectos falados no país de origem Bantu. Das diversas línguas faladas no país, as que se destacam enquanto língua materna são: EmaKua (1/3 da população); Xisena (1/4 da população); Xitsonga (1/5 da população) e Xitswa (1/8 da população).

Actualmente, 70% da população em Moçambique vive em zonas rurais e a maioria depende da agricultura de subsistência (INE, 2010). Apesar dos esforços notáveis para resolver a questão, a produtividade agrícola é extremamente baixa combinada com uma alta vulnerabilidade dos choques climáticos, o que significa que grande número da população sofre de insegurança alimentar crónica. A alta taxa de seroprevalencia, considerada uma das maiores do mundo, bem como a alta incidência de outras doenças, tais como, a malária, a tuberculose (TB) e doenças derivadas da agua pioram estas condições. A persistente desigualdade do género significa que as mulheres e as crianças são maiores vitimas da pobreza, insegurança alimentar e doenças de forma desproporcionada. Simultaneamente, desde as primeiras eleições multipartidárias em 1994, Moçambique tem usufruído de um período de estabilidade política durante o qual se tem verificado o aprofundamento da democracia.

# CAPÍTULO I

## 1. INTRODUÇÃO

*“Cada povo tem o direito e o dever de visionar um futuro que integra as suas aspirações e sonhos. Foi isso, o que os moçambicanos fizeram ao longo do processo da elaboração da Agenda 2025. Assim, exprimiram as suas ideias e sugeriram soluções os camponeses, operários, estudantes, crianças, mulheres, jovens e idosos, académicos, peritos, funcionários, religiosos e demais cidadãos.*

*Importa, no entanto, sublinhar que  muito embora a Visão se configure como elemento fulcral que norteará as aspirações e os sonhos, ela permanecerá letra morta se não forem implementadas as estratégias de desenvolvimento, instrumento vital para a concretização da Visão nacional compartilhada à luz do cenário desejável e realístico”. Agenda 2025, Pág. 9.*

A formulação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento resulta da necessidade de assegurar a operacionalização da Agenda 2025, através da implementação de um conjunto coordenado de actuações que, permitem que num horizonte de 20 anos Moçambique **assegure um crescimento económico sustentável célere e robusto, através de políticas integradas e forte coesão social que garantam o bem-estar social.**

Para a prossecução dos principais objectivos da visão, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento actuará nos seguintes domínios:

- Desenvolvimento do capital humano através de acções ligadas ao processo de formação técnico-científica do cidadão, acesso aos bens alimentares em quantidade e qualidade adequadas e prestação de serviços de saúde e estabelecimento de um sistema de protecção social justo e eficaz;
- Planificação territorial e desenvolvimento de infraestruturas através da planificação do uso racional e sustentável da terra e estabelecimento de infraestruturas de suporte a agricultura, a indústria, transporte e outros serviços, com ênfase para as Tecnologias de Informação e comunicação.
- Promoção da industrialização e da competitividade económica através da maximização da adição de valor aos produtos nacionais, estabelecimento da indústria pesada e criação de um ambiente de negócios que propicie uma maior competitividade da economia;

A operacionalização da Estratégia Nacional de Desenvolvimento será assegurada pelo respectivo Plano de acção, e outros Planos Operacionais de curto e médio prazo.

## 1.1. Enquadramento

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento estabelece a visão e as grandes metas estratégicas para o País para um período de 20 anos servindo para nortear as políticas do governo e assegurando coerência nas suas acções para atingir as metas estabelecidas.

A elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento surge também no contexto da reforma do Sistema Nacional de Planificação que tem como um dos objectivos, a redução do número de instrumentos de planificação existentes no país, garantindo a articulação entre os mesmos e, acima de tudo, a ligação entre as actividades planificadas com os recursos orçamentados e os resultados a serem alcançados.

Neste sentido, a estratégia Nacional de Desenvolvimento é um documento fundamental no Sistema Nacional de Planificação, servindo como documento orientador do desenvolvimento e reflectindo as aspirações de toda a sociedade moçambicana. Assim, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento serve como referência nos seguintes instrumentos: (i) Planos estratégicos sectoriais e territoriais, que normalmente têm um horizonte temporal de cerca de 10 anos e estabelecem metas específicas; (ii) Planos globais de acção e de investimento, que duram até 5 anos (actualmente o PQG, PARP e Cenário Fiscal do Médio Prazo) e (iii) Planos de implementação específicos, que duram 1 ano, actualmente o Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (de cada ano).

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento estabelece as estratégias principais do governo, seus focos de acção e, daí, as metas de longo prazo. Cabe aos sectores traduzir a Estratégia Nacional de Desenvolvimento em planos mais detalhados e acções específicas.

Com este documento não se pretende uma exaustiva 'lista dos desejos' do governo. Pelo contrário, é um documento orientador que indica as linhas estratégicas de primeira importância. Outros domínios recebem menos discussão não por serem irrelevantes mas para assegurar um enfoque claro.

A base de evidência no qual este documento se baseia inclui instrumentos como: A Agenda 2025, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o Plano Prospectivo Indicativo, o Plano Estratégico e Indicativo da SADC; o Mecanismo Africano para a Revisão de Pares; as Estratégias sectoriais e Territoriais, a Terceira Avaliação da Pobreza, entre outros instrumentos.

## 1.2 Metodologia

A elaboração da estratégia Nacional de Desenvolvimento resulta de um exercício de operacionalização da agenda 2025, que privilegia uma abordagem integrada de desenvolvimento voltada para a priorização das acções com base na identificação das principais potencialidades do País.

O processo de elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento iniciou nos finais de 2010 e obedeceu a uma metodologia participativa, que consistiu no envolvimento dos diversos actores de desenvolvimento a nível nacional.

O processo da elaboração da estratégia abedeceu a várias etapas, nomeadamente:

- (i) Consulta, que permitiu identificar as aspirações e os sonhos dos Moçambicanos sobre o tipo de País que pretendemos ter nos próximos 20 anos;
- (ii) A análise documental, que permitiu aferir onde estamos, onde queremos chegar e como fazer para chegar lá. Esta análise baseou-se na análise situacional do País, onde foi possível identificar os elementos de força, bem como os constrangimentos e os desafios que se nos impõem como nação, para alcançarmos o patamar desejado;
- (iii) E finalmente a interacção com os sectores e outros segmentos da sociedade, para assegurar que as reflexões feitas ao nível dos grupos de trabalho, estão alinhadas com os instrumentos de gestão vigentes no País, que se encontram em processo de implementação.

No que diz respeito ao processo de consulta, a auscultação foi feita a vários níveis, com destaque para: os Conselhos Consultivos ao nível do Governo central; consultas ao nível provincial, que envolveu os membros do governo bem como a sociedade civil; conselhos Municipais da Cidade de Maputo e Matola; e outras instituições como é o caso do Banco de Moçambique e das Universidades Eduardo Mondlane e Pedagógica. Ao nível da cidade de Maputo realizou-se ainda encontros com os académicos bem como um seminário que contou com a sociedade civil no geral.

Em relação a consulta documental, os principais documentos consultados foram os seguintes: a Agenda 2025; o Plano Quinquenal do Governo; os Planos Estratégicos Sectoriais e Territoriais; o Plano de Acção Para Redução da Pobreza; o Plano Prospectivo Indicativo; os Planos de Desenvolvimento Espaciais; os Relatórios do Mecanismo Africano para Revisão de Pares; o Plano Estratégico Indicativo da SADC entre outros instrumentos. O processo de consulta bem como a



análise documental permitiram definir as linhas de orientação estratégica que nortearam a presente estratégia de Desenvolvimento.

## CAPÍTULO II

### 2.1. DIAGNOSTICO

#### 2.1.1. Desenvolvimento socio-económico

Mocambique tem registado um crescimento económico médio anual do PIB de 8% durante o periodo 1993-2010. O forte crescimento real do PIB desde 2000 tem sido impulsionado por fortes investimentos em grandes projectos, especialmente nos sectores de mineração. O crescimento económico foi acompanhado pelo desenvolvimento de um ambiente macroeconómico estável e previsível.

Apesar da recente crise financeira e da correspondente crise de alimento, que impactaram de forma contida e parcial na economia do país devido a canais de transferências limitados, o País continuou a mostrar um crescimento económico relativamente forte, onde o PIB cresceu em 6,7% em 2010 representando uma expansão da economia na ordem de 0,3%, quando comparado com o crescimento registado em 2009.

**Tabela:** Indicadores Economicos, 2003-2010

Indicador	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Crescimento real do PIB (%)	6,5	7,9	8,4	8,7	7,3	6,8	6,4	6,7
Inflação (%)	13,5	12,6	6,4	13,2	8,2	10,3	3,3	12,7
PIB per capita (USD)	256,9	301,6	334,5	352,8	398,7	476,9	453,9	457

Fonte: INE

No entanto, a pobreza continua muito generalizada em Moçambique, não obstante o crescimento sustentado do PIB na última década. A taxa de pobreza da população caiu de 69,4% em 1997 para 54,7% em 2010, mas a situação estagnou e as disparidades regionais permanecem muito altas. Por isso, a estratégia do governo para a redução da pobreza está focada na criação de empregos, aumentando a produção agrícola e reforçando o capital humano.

A estrutura económica de Moçambique oferece um bom potencial nos sectores ainda não desenvolvidos (no que concerne ao sectores primários), e o desafio para o futuro será o desenvolvimento de indústrias

com base nos recursos naturais (particularmente a exploração mineira) e o turismo. Contudo, para explorar o potencial da economia, o Governo tem de melhorar as infra-estruturas, incrementar a eficiência da administração pública, e manter a estabilidade macroeconómica do país.

### **2.1.2 População: Comportamento dos principais indicadores**

A população moçambicana tem vindo a crescer a um ritmo considerado incompatível com o ritmo de desenvolvimento do país. Em 1997, o país possuía cerca de 16,075 milhões de habitantes, tendo aumentado para 23,049 milhões em 2007, prevendo - se que esta tendência de crescimento se mantenha nos próximos anos, devendo atingir os 29,310 milhões de habitantes em 2020.

A taxa de fecundidade é alta (em relação a taxa de reposição ideal que é de 2,1), actualmente é de 5.5 (Censo 2007), prevendo-se que continue com a tendência crescente, podendo atingir 6.3 nos próximos anos. Esta elevada taxa de fecundidade, é resultado do elevado crescimento da população a uma taxa de 2.7%.ao ano.

A mortalidade infantil tem vindo a reduzir satisfatoriamente. Dos actuais 133/1000 nados vivos, esta poderá atingir os 84.8/1000 nados vivos nos próximos anos, o que indica melhorias no sistema de saúde.

A Esperança de vida da população moçambicana esta a aumentar, dos actuais 47.3 anos, esta poderá atingir os 52.9 anos nos próximos anos, prenunciando-se melhorias na qualidade de vida da população.

Estando a população moçambicana a crescer a uma taxa de 2.7% ao ano, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento preocupa-se com as implicações deste crescimento para o desenvolvimento económico do País, uma vez que o aumento da população, não acompanhado pelo corresponde em termos de recursos, exerce pressão sobre o governo que muitas vezes se vê obrigado a desviar recursos para a construção de condições básicas de vida da população em crescimento.

Nesse sentido, os assentamentos humanos e um melhor ordenamento do território devem ser considerados na estratégia Nacional de desenvolvimento tendo em conta a população em crescimento.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento, deverá procurar através das acções de desenvolvimento que preconiza, influenciar as tendências dos principais elementos da dinâmica demográfica, nomeadamente a fecundidade (natalidade), a mortalidade e as migrações. Por outro lado deverá contribuir para a elevação do grau de conhecimento da população (redução do analfabetismo), como forma de aumentar a participação e usufruto pelas pessoas das oportunidades que o país oferece aos seus cidadãos.

## 2.13 Análise Swot

Moçambique é um País relativamente jovem, com uma estabilidade política e macro-económica assinalável, e com um ambiente favorável para atrair investimentos. A existência de recursos naturais em abundância, bem como uma população economicamente activa predominantemente jovem constituem uma oportunidade para a atracção de investimentos estrangeiros. Contudo, a prevalência ainda elevada de doenças endémicas como a malária e o HIV/SIDA, bem como as altas taxas de analfabetismo, aliadas a fraca rede de infraestruturas que ligam o País, podem constituir uma ameaça para o desenvolvimento do País. Por outro lado, a dependência do financiamento externo e a vulnerabilidade do País face as mudanças climáticas devido a sua localização junto a costa constituem um grande desafio para o governo.

Estes e outros aspectos que espelham a situação global de Moçambique podem ser resumidos, através da análise SWOT, que consiste na identificação dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças do País, que a seguir se apresentam:

FORÇA	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Estabilidade política e Macro-económica no País.</li> <li>➤ Melhorias significativas na gestão das Finanças Públicas do País, proporcionando uma maior confiança na gestão de receitas públicas;</li> <li>➤ Diversidade de Condições Agroecológicas e climatéricas (Zonas Agroecológicas com potencial de Produção) e áreas de desenvolvimento industrial (matérias primas, mão-de-obra, etc.)</li> <li>➤ Abundância de terra e clima favorável para a exploração de biocombustíveis.</li> <li>➤ Aumento de receitas provenientes das Royalty Mineral (receitas públicas podem ser usadas para financiar programas pertinentes de desenvolvimento)</li> <li>➤ Baixa Densidade da população (existência de terra disponível para a industrialização)</li> <li>➤ Potencial em Recursos Naturais e Energéticos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Deficiências e limitado controlo na Gestão de Políticas Macroeconómicas é fraca participação social</li> <li>➤ Desenvolvimento limitado dos sistemas de gestão das Finanças públicas e, particularmente da gestão e administração das receitas públicas;</li> <li>➤ Baixa taxa de poupança bancária, o que limita o investimento doméstico.</li> <li>➤ Fraca produção e produtividade industrial e agrícola resultante do tipo de actividades dominantes no País e, disponibilidade e acesso créditos às actividades de risco</li> <li>➤ Infra-estrutura industrial inadequada para o crescimento das indústrias.</li> <li>➤ Uma orientação das exportações moçambicanas para matérias-primas em bruto, o que resulta em desvantagens na</li> </ul>

<p>(Minerais, energias renováveis, nomeadamente solar, eólica e hídrica;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Corredores de desenvolvimento que facilitam o acesso aos países do interior (portos, aeroportos, vias-férreas, estradas e pipelines)</li> <li>➤ localização geoestratégica do País;</li> <li>➤ Existência de uma população activa, maioritariamente jovem</li>   <li>➤ Fortes e Contínuos Investimentos nos Sectores sociais (Saúde, Educação, Acção Social);</li> <li>➤ Boas relações externas (com países vizinhos e parceiros de cooperação).</li> </ul>	<p>cadeia de valores e competitividade económica a nível regional e internacional;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Ausência de um Plano Director para orientar a exploração e uso dos recursos;</li> <li>➤ Fraca qualidade de formação sobretudo em áreas técnicas e científicas</li> <li>➤ Elevados índices de doenças endémicas como a malária e o HIV-SIDA</li> <li>➤ Fraca capacidade de coordenação e de implementação de políticas e de prestação de serviços Públicos;</li> <li>➤ Défice estrutural na balança comercial (importador líquido de produtos de primeira necessidade);</li> </ul>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Capacidade de Gestão de políticas Macroeconómicas e manutenção e Consolidação da paz</li> <li>➤ Desenvolvimento de mercados agrícolas e mobilização de recursos para a produção agrícola e industriais;</li>   <li>➤ Fluxo de investimentos de multinacionais no sector de recursos minerais (prospecção, exploração e transformação de gás natural, petróleo e Minérios);</li> <li>➤ Mercado a nível da região para exportação de energia</li> <li>➤ Reformas em curso no ambiente de negócios para incentivar o investimento privado;</li> <li>➤ A descoberta de novos jazigos de recursos (minerais e hidrocarbonetos);</li> <li>➤ Crescente demanda na exploração de recursos naturais existentes no País (carvão, areias pesadas e outros);</li> <li>➤ Investimentos públicos em infra-estruturas e serviços básicos;</li> <li>➤ Desenvolvimento urbano, e crescente procura de padrões de vida;</li> <li>➤ Maior integração da economia moçambicana nas economias regional e africana;</li> <li>➤ Aumento dos fluxos de turismo que resultam na procura por espaços residenciais e de negócios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Instabilidade Macroeconómica internacional e Social, Choques externos (volatilidade dos preços, taxas de juro e de Câmbios) tendo como algumas das consequências o agravamento do défice comercial externo do País e subida do custo de vida e Convulsões sociais;</li> <li>➤ Mudanças climáticas</li> <li>➤ Choque de Mercados (preço de mercadorias e matérias primas) e Concorrência de economias com potencial em recursos naturais</li> <li>➤ Falta de clareza na estrutura de mercado de energia pode retrair os investimentos por parte das empresas geradoras de energia</li> <li>➤ Expatriação de Capitais e refluxo de investimentos no sector de recursos naturais;</li> <li>➤ Negociação de contratos de concessão que não são vantajosos para o estado e para o País.</li> <li>➤ Extensivo e desordenado crescimento urbano (comprometendo os recursos naturais e a qualidade de vida das populações);</li> <li>➤ Prevalência elevada de doenças e epidemias (malária, HIV/SIDA etc);</li> <li>➤ Migração ilegal</li> <li>➤ Choques no Crescimento dos rendimentos e crises financeiras que reduzem o poder aquisitivo dos países e conseqüente abrandamento da actividade turística</li> </ul>

## **2.1.4 Transformar as Vantagens Comparativas de Moçambique em Vantagens Competitivas**

No âmbito da integração regional (SADC) e internacional (Resto do Mundo), podem ser identificadas algumas vantagens comparativas, tais como: (i) A localização geoestratégica de Moçambique na região da África Austral; (ii) Os Corredores de Desenvolvimento que compõem infra-estruturas de transportes e comunicação como portos, estradas, oleoduto, gasoduto e linhas férreas que possibilitam a ligação de Moçambique com os países do hinterland; (iii) O sector de energia possui potencialidades em recursos naturais, que podem transformar Moçambique num país com abundância de energia eléctrica e a preços competitivos na região: em carvão mineral energético e metalúrgico existente na Província de Tete; o gás natural de Pande e de Temane, na Província de Inhambane; as barragens de Cahora Bassa com um potencial de 2,075 megawats dos quais só cerca de 15% são consumidos pelo país, entre outros. Para além dos recursos já em exploração existem projectos promissores, tais como: barragem hidroeléctrica de Mpanda Nkuwa na Província de Tete, central Térmica na base de Coque ligado a exploração do carvão mineral da CVRD com uma capacidade de 1000-2000 MW, Central Térmica na província de Maputo (Moamba) com uma capacidade de 1000 MW, a possibilidade de exploração de petróleo na Bacia do Rovuma em Cabo Delgado e lançamento de programas de produção de Biocombustíveis através do etanol e biodiesel, a partir, principalmente, da cana de açúcar e jatropha, respectivamente, entre outras matérias-primas.

A localização de Moçambique junto a costa do oceano Índico e a disponibilidade de terra arável, água (vales do Zambeze, Limpopo) e as condições climáticas constituem um enorme potencial para produção agrícola e pesqueira. Por outro lado, a existência da maior fauna costeira de exploração do camarão de alta qualidade ao nível da África Austral (banco de Sofala) bem como existência de condições naturais para a atracção de turistas em todas épocas do ano para o tradicional turismo de praia, reserva, parques e outras áreas de lazer fazem de Moçambique um destino turístico privilegiado e torna o País, uma referência ao nível do continente africano.

O país é tido como modelo de diplomacia pragmática e de diversificação, tanto a nível de sucessões pacíficas dos presidentes da República, como na relação entre a oposição e governo, e no óptimo clima e vontade política de orientar a economia para o melhor caminho.

A integração regional em que o país se encontra pressupõe uma expansão do mercado nacional para um mercado único regional que vai integrar 200 milhões de potenciais consumidores da região austral de África, o que pode contribuir para a atracção de IDE;

A existência de Zonas francas Industriais como de Matola e Nacala, com incentivos fiscais que possibilitam a redução dos custos de implementação dos projectos, dos custos de produção e o repatriamento de dividendos é um dos factores preponderantes para a atracção dos investidores estrangeiros.

## CAPÍTULO III

### 3. Orientação Estratégica

#### 3.1. Modelo de Desenvolvimento assente na industrialização

##### Conceito

No contexto desta estratégia, entende-se industrialização como um processo de transformação da base estrutural e das dinâmicas sócio económicas de acumulação, através do qual: (i) As conquistas da ciência e tecnologia são aplicadas a todas as esferas de organização das cadeias de produção e valor; (ii) A qualidade dos factores de produção se desenvolve substancialmente; (iii) Estes factores são transferidos para outros sectores e processos de maior produtividade e sinergias; e (vi) A sociedade evolui do auto emprego para processos predominantemente sociais, colectivos e cooperativos de trabalho.

Portanto, pretende-se que a industrialização seja um processo de transformação estrutural, económica e social, e não apenas a substituição do trabalho manual pelo mecanizado ou instalação de uma indústria isolada.

Os ganhos da industrialização podem ser usados como parte de uma estratégia para promover um crescimento e desenvolvimento integrado e sustentável, dadas as ligações que podem ser estabelecidas entre o processo (indústria, agricultura, pesca, tecnologia, recursos minerais, comércio, etc.) e a economia:



Fonte: Weiss (1985).

A principal característica da industrialização é a aplicação cada vez maior e extensiva de novas tecnologias, conhecimentos e formas de organização nas actividades económicas.

Para o caso de Moçambique, espera-se que a industrialização dê os seguintes resultados:

- *O aumento de produtividade laboral.* Isto quer dizer que, em média, cada pessoa economicamente activa produz (rende) mais dentro de um igual período de trabalho.
- *O escalamento da cadeia de valor em diversos produtos e sectores.* Isto significa que os produtos que eram vendidos sem ou com pouca transformação (e.g., em bruto), passam a ser transformados dentro do país assim ganhando um maior preço no mercado internacional.
- *O nascimento de novos produtos e actividades económicas.*
- *A entrada competitiva de produtos e serviços Moçambicanos em mercados regionais e internacionais.*
- *A criação de postos de emprego numa escala grande, e a geração de novos investimentos domésticos e estrangeiros.*

### **Natureza da industrialização**

É importante salientar que a nossa definição de industrialização não se restringe a actividades específicas, tal como a indústria pesada. Ao contrário, a natureza de industrialização almejada é relevante a todos os sectores económicos. No ramo agrícola, por exemplo, realiza-se a industrialização através de ganhos significativos de produtividade baseados em novas tecnologias ou métodos, bem como o movimento para novos produtos e a sua posterior transformação (acréscimo de valor no agro-processamento).

Outros aspectos da forma de industrialização almejada merecem menção. Primeiro, deve-se dar ênfase nas exportações. Isto porque o mercado externo oferece oportunidades maiores para a expansão. Também interacção a nível internacional promove a aprendizagem e experiências em novas tecnologias e conhecimento. A longo prazo, estes são críticos para alcançar altos níveis de competitividade.

Segundo, a industrialização em Moçambique deve apostar nas tecnologias e actividades que são intensivas em mão de obra. Nesta fase de desenvolvimento, e de modo a evitar o crescimento de desigualdade, é crítico que as melhorias económicas sejam partilhadas por todos. Ademais, a criação de novos postos de emprego é essencial para fazer face as tendências demográficas.

Terceiro, o papel do governo durante o processo de industrialização é crucial mas não deve assumir exclusividade. A posição tomada aqui é que a industrialização depende do esforço de todos os Moçambicanos. Não é a responsabilidade única do estado. Todavia, o governo tem papeis chave como: (i) impulsionador; (ii) regulador; e (iii) agente económico próprio. São vários os bens e serviços públicos que podem estimular a industrialização. Exemplos concretos incluem infra-estruturas económicas públicas



de alta qualidade; um ambiente legal e fiscal transparente, previsível e facilitador de novos empreendimentos; programas credíveis de controlo de qualidade (certificação, acreditação, medição etc.); e investimentos na pesquisa e divulgação de conhecimento científico. São bens públicos também as actividades que experimentam e exploram as vantagens do país em novos produtos e actividades económicas. Assim, o governo possui uma posição ímpar para assumir alguns riscos económicos. Estes elementos são elaborados nos seguintes capítulos.

Finalmente, os recursos naturais do país devem servir como uma fonte de geração de riqueza para todos. Isto é, devem ser explorados cautelosamente e de forma sustentável para que os seus excedentes assegurem a transformação económica do país nos termos acima indicados. Visto desta forma, os recursos naturais podem servir como uma alavanca rumo a industrialização. Assim, os riscos relacionados com a exploração de recursos naturais, inclusive efeitos macroeconómicos nefastos e a partilha injusta de rendimentos, devem ser encarados seriamente.

### **3.2. Visão da Estratégia**

A visão da Estratégia é que Moçambique seja, um país seguro, próspero, sustentável, competitivo, assente numa economia industrializada, com um rendimento médio que garante a redistribuição da riqueza e um bem estar social”.

### **3.3. Princípios e Valores**

Os princípios preconizados na estratégia são:

- Eficiência
- Transparência
- Equidade Social
- Sustentabilidade
- Responsabilização
-

### 3.4. Valores

- Os principais valores da actividade governativa baseiam-se na Constituição da República (Artigo 11):
- Consolidação da unidade nacional;
- Edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida e dos cidadãos;
- Promoção do desenvolvimento equilibrado, económico, social e regional do país;
- Defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade dos cidadãos perante a lei;
- Reforço da democracia, da liberdade, da estabilidade social e da harmonia social e individual;
- Promoção de uma sociedade de pluralismo, tolerância e cultura de paz;
- Desenvolvimento da economia e o progresso da ciência e da técnica; e
- Afirmação da identidade moçambicana, das suas tradições e demais valores sócio-culturais.

### 3.5. Pressupostos

Os principais pressupostos da estratégia são:

#### **Papel do Estado :**

- ✓ Incentivar o desenvolvimento do sector privado e *laisser-faire*
- ✓ Corrigir as falhas do mercado;
- ✓ Assegurar o fornecimento de bens públicos;
- ✓ Garantir a Segurança Pública;
- ✓ Contribuir para a equidade económica e social;
- ✓ Assegurar a arrecadação eficiente de receitas;

#### **Papel do sector privado:**

- ✓ Operar num sistema competitivo;
- ✓ Criar emprego;
- ✓ Investir na investigação e desenvolvimento;

### **3.6. OBJECTIVO ESTRATÉGICO GERAL**

- ✓ Reduzir a pobreza dos actuais 54% para 20% em 2035 e Melhorar as Condições de Vida da população, através da Industrialização da Economia.

### **3.7. ÁREAS CHAVE**

As principais áreas a serem consideradas para responderem ao objectivo da estratégia são:

- ✓ Desenvolvimento da industrialização e da competitividade da economia
- ✓ Desenvolvimento do Capital humano, investigação científica e inovação
- ✓ Desenvolvimento das infra-estruturas e promoção do planeamento territorial

## **DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO E DA COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA**

A industrialização deverá desempenhar um papel fundamental na dinamização e modernização da economia, impulsionando o seu crescimento e transformação qualitativa. Isto é, a indústria deverá funcionar em estreita ligação com os demais sectores. Deste modo, a industrialização contribuirá para a valorização dos recursos naturais, para o equilíbrio nas trocas com o exterior, para a satisfação das necessidades básicas, para a promoção do uso e desenvolvimento de novas tecnologias e para multiplicar ligações e efeitos dinâmicos de transformação social que são capazes de gerar ganhos sustentáveis de desenvolvimento.

A visão estratégica da industrialização é que esta vai impulsionar e promover suas ligações com o desenvolvimento económico, através de uma indústria nascente, permitindo o crescimento endógeno da produtividade industrial (a partir do aumento das qualificações e pela sua organização, a especialização e

o estabelecimento de redes de fornecedores e o progresso tecnológico para o aumento da capacidade produtiva) e, influenciando o aumento da produtividade nos outros sectores (a partir de ligações monetárias, aumento da capacidade produtiva pela redução dos custos e elevação da qualidade e a absorção da mão-de-obra).

A existência de recursos minerais, energéticos e hídricos, a potencialidade para exploração de recursos agrícolas, pecuários, pesqueiros e florestais, e para instalação de indústrias com efeito multiplicador nas áreas de construção e energia, bem como a existência de três grandes corredores regionais de comércio e transporte e vários portos marítimos para o escoamento da produção coloca o país numa situação privilegiada na região e no mundo.

O país irá apostar em indústrias transformadoras essenciais para o processamento dos recursos agrícolas, pesqueiros e florestais, por causa do seu potencial na geração de emprego, e em indústrias intensivas em capital, na exploração e processamento de recursos minerais e energéticos, privilegiando em ambos casos o equilíbrio ecológico e a preservação do meio ambiente, através da adopção de tecnologias limpas.

## **Potencial em Recursos naturais**

### **Potencialidades no Sector Agrícola (agricultura e pecuária) e no Sector de Pesca:**

o país possui cerca de 36 milhões de terra arável subutilizada (apenas 12% está a ser cultivada), com solos férteis sob influência de condições geológicas (vales em planícies) e de clima (predominantemente tropical húmido com precipitação adequada) propícios para a prática da agricultura.

Conta com 3 milhões de hectares de potencial de irrigação, estando apenas 120.000 hectares irrigados neste momento. Existem mais de 100 bacias hidrográficas, cerca de 1.300 lagos e 10 barragens, com capacidade de armazenamento de 430.000 m<sup>3</sup> de água.

As culturas alimentares e a pecuária, as culturas de rendimento, como as oleaginosas, os biocombustíveis, os frutos tropicais e as plantações florestais, apresentam um potencial considerável de expansão e de maior produtividade.

O país localiza-se na costa oriental de África, é banhado pelo oceano Índico, com uma linha de costa de cerca de 2.770 Km de extensão. Existem três bancos grandes ou importantes do ponto de vista ecológico,

a saber: a Baía de Delagoa, no sul, o Banco de Sofala no Centro e o Banco de São Lázaro, no norte. A costa é caracterizada por uma ampla diversidade de habitats e de biodiversidade, com espécies endémicas e em vias de extinção; e por recursos diversos, que inclui as pescarias, fauna e flora costeira.

O principal desafio passa por aumentar os níveis de produção da agricultura, pesca, pecuária e florestas para o nível comercial, de forma racional e sustentável. Existem oportunidades claras para o aumento da produção agrícola e pesqueira. O crescimento do sector agrícola e pesqueiro será determinado pelo incentivo à produção agrícola familiar e pesqueira artesanal, e sua transformação em agricultura e pesca comercial, através da expansão dos serviços de assistência técnica, disponibilização de insumos, acesso ao financiamento, integração em mercados, e adopção de novas tecnologias, que terá impacto positivo sobre a produção, geração de emprego, rendimento e receitas fiscais.

Neste perspectiva, será necessário alinhar as perspectivas do governo, do sector privado e dos parceiros de cooperação para identificar estratégias de intervenção e ultrapassar os principais desafios, envolvendo todos os intervenientes na cadeia de valor dos produtos agrícolas e pesqueiros, em particular os pequenos produtores.

### **Potencialidades em Recursos Minerais e para a produção de Energia:**

O elevado potencial em recursos minerais, sobretudo carvão de alta qualidade e em hidrocarbonetos como o gás, tem sido reconhecido internacionalmente e está a despertar o interesse de investidores de quase todo o mundo. O país possui quantidades consideráveis de recursos minerais, dos quais a maior parte ainda não foram efectivamente explorados:

- ✓ Bacias sedimentares de grande espessura com perspectivas para a ocorrência de petróleo ou gás - o campo de gás de Pande foi descoberto em 1961, seguido das descobertas de gás em Búzi (1962) e Temane (1967). Actualmente existem pesquisas de petróleo Sofala, Cabo Delgado e Zambézia.
- ✓ Os projectos de Áreas Pesadas de Nampula, e a sua existência em Inhambane e Gaza.
- ✓ Os projectos de exploração de Carvão Mineral em Tete.
- ✓ Projectos de exploração de Tentalite na Zambézia.
- ✓ Ocorrência de Ouro e pedras preciosas e semipreciosas em Manica e Nampula.

- ✓ Os resultados do programa de mapeamento Geológico recém concluído destacam algumas áreas potenciais em Recursos Minerais valiosos. Trata-se de áreas cobertas pelas rochas supracrustais das formações geológicas que ocorrem na Província de Manica, onde existe potencialidade da ocorrência de Kimberlite e Lamproitos (rochas hospedeiras de Diamantes), Ouro, Metais de Base, Urânio e Platinoides, e pelos granitos do complexo de Bárue, potenciais para ocorrência de pegmatitos, hospedeiros de pedras semi-preciosas, estanho, tungsténio, nióbio e tantalito.
- ✓ Houve, no passado, alguma produção de carvão em Moatize, de ouro em Manica, calcários em Montepuez, tantalite na Zambézia, grafites em Ancuabe, cobre e bauxite em Manica, bentonite em Maputo, gemas e pedras semipreciosas, etc.
- O **sector de energia** possui potencialidades em recursos minerais e hídricos, que podem transformar Moçambique num país com abundância de energia eléctrica e a preços competitivos na região, tais como:
  - ✓ O carvão mineral energético e metalúrgico existente na Província de Tete (maior reserva de carvão de coque e de alta qualidade).
  - ✓ O gás natural de Pande e Temane na Província de Inhambane.
  - ✓ As barragens de Cahora Bassa com um potencial de 2,075 megawatts dos quais só cerca de 15% são consumidos pelo país.
  - ✓ Projectos em curso e potencialidades: construção da barragem hidroeléctrica de Mpanda Nkuwa na Província de Tete, central Térmica na base de Coque ligado a exploração do carvão mineral da CVRD com uma capacidade de 1000-2000 MW, a intenção manifestada para construção de uma Central Térmica na província de Maputo (Moamba) com uma capacidade de 1000 MW, a possibilidade de exploração de petróleo na Bacia do Rovuma em Cabo Delgado e lançamento de programas de produção de Biocombustíveis através do Etanol, Jatropha e outros.

É intenção do país reter e absorver os benefícios resultantes da exploração dos seus recursos naturais, para que estes contribuam para a redução da pobreza e desenvolvimento do país. Neste âmbito, figuraram os seguintes desafios para o país:

**a) Acumulação de Capital necessário para o processo:**

Desenvolver capacidade financeira para financiar uma participação significativa na estrutura accionaria destes projectos

### **Criação de Infra-estrutura e Desenvolvimento Institucional:**

Um estudo recente do Instituto Fraser, no Canadá, concluiu que a probabilidade da riqueza mineral de um país ser “uma bênção dos recursos” ou “ uma maldição dos recursos” depende da qualidade das suas instituições.

É necessário melhorar o ambiente de negócios e desenvolvimento um sector privado cada vez mais forte e agressivo capaz de intervir em projectos de grande dimensão ao longo da cadeia de produção e comercialização do gás natural. Em relação ao ambiente de negócios é muito importante adoptar uma abordagem estratégica de desenvolvimento de infra-estruturas e serviços básicos de acordo com a cadeia de produção e valor dos recursos para reduzir os custos de produção e atrair investidores. Além disso, as infra-estruturas e serviços necessários para tornar os projectos de exploração mineral bem sucedidos também ajudarão no desenvolvimento de sectores não mineiros, como os da agricultura, da electricidade e do transporte.

### **b) Transformação e Formação de Mercados:**

O país deve desenvolver sinergias a montante e a jusante dentro da exploração dos recursos naturais, bem como, ligações destes sector com o resto da economia, ou seja, o país deve possuir uma carteira de projectos associados a exploração dos recursos naturais bastante diversificada (industrias ligeiras, pesadas, empresas de prestação de serviços e de distribuição, instituições de ensino, etc).

### **c) Mão-de-obra nacional qualificada e especializada:**

O país deve formar técnicos qualificados e especializados. Em relação a este assunto, foi avançado que já existem esforços em curso, nomeadamente estudantes nacionais a serem formados no estrangeiro nas diversas áreas e em diferentes graus académicos, e também existe a possibilidade de se criar um instituto para formar técnicos nacionais qualificados e especializados. A concretização deste objectivo irá permitir que o país adquira capacidade técnica e financeira para realizar estudos de viabilidade (técnico, financeiro, económico e social, e ambiental), para fiscalizar projectos de grande dimensão e para negociar acordos de exploração. A capacidade técnica e tecnológica também pode ser transferida através dos parceiros estrangeiros.

### **c) Incentivos:**

A política de incentivos (ou subsídios) deve ser alocada racionalmente, tendo em conta a natureza e a cadeia de valor de cada projecto, e os objectivos a alcançar.

## A competitividade da Economia

O aumento da competitividade da economia moçambicana deve estar centrado no seguinte:

- O ambiente económico do país deve compensar os efeitos adversos das flutuações cambiais no actual ciclo de crescimento económico, através da promoção e estímulo aos **ganhos na produtividade** (melhoramentos na técnica e tecnologias de produção, fornecimento e disponibilização de créditos para a aquisição de factores de produção mais eficientes e eficazes) e **na qualidade** (unidades de certificação técnica e tecnológica e de regulamentação monitoria e controle de qualidade) **dos produtos e serviços empresas.**
- Promover vanços significativos nos sectores de infra-estrutura (criação de condições infra-estruturais de apoio - electricidade, comunicações, água, saneamento, educação (treinamento e desenvolvimento do capital Humano) e na inovação técnica e **tecnológica.**



Fonte: "Competitive Advantage of Nations", Michael Porter; Análise da Bain



A questão do aumento da competitividade em Moçambique deverá estar direccionada para que sejam resolvidas questões estruturais da economia, através da

- Arquitectura de um ambiente institucional e de infra-estruturas para servir as empresas e o sector privado;
- No que concerne ao desenvolvimento e potenciamento da cadeia de Valor das áreas potenciais de Moçambique, permitir a maior presença estatal, a transformação privilegiando a produção de conteúdo local, a formação de clusters e permitir a internacionalização das empresas;
- Relativamente a geração e transferência de conhecimento, dever-se-á apostar na transferência de tecnologias e incentivar as empresas a investirem na pesquisa e desenvolvimento;
- O factor humano figura-se muito importante neste processo, carecendo por isso, de um desenvolvimento de programas de capacitação e criação de universidades em áreas técnicas e com melhor qualidade.

#### **Acções Prioritárias:**

- Desenvolver competitividade industrial e regional – disponibilizar infra-estrutura e à capacidade de formar redes; facilitar e incentivar melhorias no sistema de inovação;
- Garantia a estabilidade das variáveis macroeconómicas que afectam a competitividade das empresas (estabilidade da taxa de juros e de câmbio, balança comercial e de pagamentos bem como a dívida pública);
- Gerir as capacidades da sociedade de realizar consensos para conseguir alcançar os objectivos definidos conjuntamente.

#### **DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO, INVESTIGAÇÃO CIENTIFICA E INOVAÇÃO**

O país só poderá alcançar as suas metas de desenvolvimento, com pessoas capacitadas, saudáveis e que se sentem parte integrante da agenda de desenvolvimento.

O desenvolvimento económico e o desenvolvimento humano co-existem e são quase mutuamente dependentes. O quadro de crescimento deve ser concebido de uma maneira que capte essa correlação.

A alocação de recursos deve ser feita em função das prioridades que possam alavancar outras áreas e produzir rapidamente recursos a serem alocados nas areas que não tiverem sido consideradas na primeira fase.

Neste contexto, o desenvolvimento do capital humano (e científico) servirá como a base para o desenvolvimento industrial.

O objecto principal do desenvolvimento humano da Estratégia será a ênfase em formar e produzir quadros que devem responder e colmatar as necessidades das áreas prioritárias de desenvolvimento. Assim, a estratégia Nacional de Desenvolvimento prioriza o desenvolvimento de capacidades técnicas através da criação de uma escola de formação profissional financiada pelo sector privado, a jusante das indústrias com o seguinte perfil:

- ✓ Formação de técnicos básicos nas áreas de interesse das indústrias a montante e a jusante, 5 anos;
- ✓ Formação de técnicos médios nas áreas de interesse das indústrias a montante e a jusante, 10 anos;
- ✓ Formação de técnicos superiores nas áreas de interesse das indústrias a montante e a jusante 10 anos;
- ✓ Expansão da escola para três pontos do país, norte, centro e sul em função das áreas de interesse a montante e a jusante, 20 anos.

O investimento no capital humano tem como resultados: (a) o uso mais eficiente de recursos existentes – público ou privado - na prestação de serviços e no alcance dos objectivos do governo (b) criação de novos conteúdos de conhecimento relevantes para as prioridades sociais e económicas identificadas nos documentos estratégicos (c) apoio mais consistente no avanço para uma economia do conhecimento, criando novos mercados e infraestruturas, que por fim resultará na (d) competitividade – *que resulta do melhoramento da eficiência (o como fazer) interna e externa* e (e) industrialização – *que resulta da criação e aplicação de conhecimento* – que constituem a visão global de desenvolvimento da Estratégia.

Para o alcance desses resultados o governo deverá focalizar nos seguintes objectivos:

- (a) desenvolvimento do conhecimento e a sua cadeia de valor, que requer o estímulo de pesquisas relevantes e inovação direccionada para as prioridades identificadas (infraestruturas, recursos minerais e as indústrias prioritizadas).
- (b) O desenvolvimento industrial e as suas cadeias de valores – promover inovação nas indústrias prioritizadas – desenvolvidos através de clusters de inovação industrial em áreas especializadas

Contudo, o desenvolvimento do Capital Humano não diz respeito apenas à formação das pessoas para participarem no processo produtivo, mas sobretudo os factores que directamente influenciam na capacidade do homem ter uma vida de qualidade, ser saudável e participar activamente na vida da comunidade.

O Desenvolvimento do Capital humano e Investigação Científica na Estratégia Nacional de Desenvolvimento pressupõem a realização de investimentos e intervenções nas áreas da Agricultura, Habitação e Emprego como forma de assegurar condições básicas de vida dos cidadãos; bem como nas áreas da Saúde e Protecção Social.

Considerando que grande parte de cidadãos do país, não possui condições de por si próprios assegurar uma vida decente e digna para si e seus dependentes, o país deve garantir a protecção social dos segmentos da população mais vulneráveis por razões relacionadas com as condições de extrema pobreza e deficiências que diminuem ou retiram na totalidade a capacidade de trabalhar ou produzir os meios para o seu sustento, através de esquemas de protecção social sustentáveis.

## **DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS E PROMOÇÃO DO PLANEAMENTO TERRITORIAL**

O planeamento territorial diz respeito as acções levadas a cabo pelo Governo com vista a melhorar o uso e aproveitamento da terra através da consolidação do processo de zoneamento como factor determinante na identificação de áreas específicas para a implantação de centros urbanos, industriais, pólos de desenvolvimento, reservas naturais e outras infra-estruturas.

Um deficiente sistema de planificação territorial pode comprometer o desenvolvimento de infra-estruturas criando sobreposições e zonas de conflito entre os vários projectos, e, conseqüentemente, retraindo os investimentos. Sendo assim, as infra-estruturas correctamente planificadas constituem um elemento primordial para dinamizar o desenvolvimento nacional, na medida em que permitem fornecer serviços de qualidade e reduzir os custos de produção.

Deste modo, torna-se necessário Implementar a lei de ordenamento territorial, o mapeamento, zoneamento agrário e cadastro das terras; Efectuar o mapeamento das zonas de risco a calamidades naturais e sobretudo demarcar talhões para reassentar as populações deslocadas quer pelo clima, quer por razões de carácter sócio-cultural.

Um potencial investimento no mapeamento poderá contribuir para identificar as principais intervenções e políticas, de modo a promover a utilização eficaz dos recursos e produzir um maior impacto. Este mapeamento poderá fornecer informações valiosas para orientar o tipo de intervenções em áreas geográficas específicas. Através deste seria possível identificar indicadores por exemplo, a nível municipal tais como: (i) incidência da pobreza, (ii) o potencial rendimento económico, (iii) a eficiência produtiva, e (iv) o custo de acesso aos mercados. Com isso, áreas de alto e baixo impacto podem ser identificados, e também que tipo de intervenção (infra-estrutura, serviços, conhecimento, articulação, assistência social, etc) é mais adequado para essa área. Com base nessas informações, uma tipologia eficaz e priorização de intervenções pode ser desenvolvida.

Em relação as infra-estruturas, as fraquezas nos transportes e na logística tem sido um grande desafio para o País. Uma Infra-estrutura adequada com particular ênfase na logística: serviços de energia, transporte e outros podem facilitar a distribuição de produtos (ou serviços) e a produção a baixos custos. É essencial que a vantagem competitiva que o país tem na produção de bens não seja afectada pelos custos logísticos de transporte de mercadorias da fábrica até o destino ou por uma oferta de electricidade pouco confiável. Há dois subcomponentes neste elemento. Um deles é o hardware de custos logísticos, que se refere a ter uma infra-estrutura física razoável de estoque e de qualidade necessários para transportar mercadorias de forma eficaz, isto é, estradas, portos, aeroportos e ferrovias. Outra subcomponente é o software de custos logísticos e refere-se a existência do conjunto de serviços associados e processos necessários para se mover e comercializar os bens de forma eficaz. Eles incluem: processos e procedimentos aduaneiros; licenças e taxas, regulamentos, inspeções e certificados; embalagem; acesso às instalações essenciais; terminais secas e logística, apoio tecnológico; operadores multimodais; disponibilidade de cadeia de frio, hubs e serviços silo, corretores etc consolidada.

Uma vez que para a Estratégia, o desenvolvimento das infra-estruturas constitui um elemento crucial, atenção especial deve ser dada ao aumento dos investimentos em infra-estruturas, uma vez que os gastos nessa componente estão muito aquém do desejado. Estes investimentos devem priorizar:

✓ Infra-estruturas Ferroviárias, Rodoviárias, aéreas, e marítimas:

- Desenvolvimento de infraestruras ferroviárias para o escoamento dos produtos das zonas de extracção para as zonas de produção e das zonas de produção para as zonas de consumo;
- Desenvolvimento de Infraestruturas rodoviárias para o escoamento dos produtos a montante e a jusante como complemento das ferroviárias e marítimas;

- Desenvolvimento de infraestruturas Marítimas para o transporte de produtos acabados para o mercado, 5-10 anos, lingotes, 10-20 anos, viaturas e outros produtos acabados.
  - ✓ Estabelecimento de um programa nacional de conservação de água, com metas claras para melhorar a eficiência do uso da água (para abastecer os centros urbanos e industriais) e criação de novos sistemas de irrigação;
  - ✓ A construção de infra-estrutura para transformar o gás natural liquefeito e actividade de exploração acelerada suficiente para encontrar matérias-primas de gás doméstico.
  - ✓ A melhoria dos assentamentos informais.

## CAPÍTULO IV

### 3.1. METAS E INDICADORES

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento é desenhado num momento em que Moçambique ainda apresenta um potencial considerável para acelerar o crescimento económico. Mas este potencial vai ser condicionado a existência duma sólida estabilidade macroeconómica, pois um quadro macroeconómico sólido, boa definição de políticas macro e microeconómicas, boa regulamentação financeira são a base para um crescimento robusto.

A estratégia é encontrar um equilíbrio entre estabilidade macroeconómica, crescimento económico robusto e sustentável, e o contínuo esforço para alcançar as metas de desenvolvimento social, sem no entanto abandonar a visão da erradicação da pobreza. Para que tal aconteça o governo continuará a envidar esforços para:

- Mobilizar recursos financeiros para promover investimentos públicos em sectores estratégicos sem perder de vista questões relacionadas com o *crowding out* dos investimentos privados e a sustentabilidade da dívida;
- Prosseguir uma política monetária e cambial, através do Banco de Moçambique, orientada para a manutenção de níveis baixos e estáveis de inflação a médio e longo prazo, evitando, no entanto, instabilidade no crescimento económico, taxas de juros e na taxa de câmbio.

### 3.2. Metas e indicadores por Prioridades, até 2035

#### 3.2.1. Metas e indicadores globais

PIB per capita para cerca de USD 5 mil (dos cerca de USD 500 hoje)

- Média de Anos de Escolaridade:
- Esperança de vida a Nascimento para 64 anos (dos actuais 52)
- Índice de Pobreza para 20% (de 54% hoje);
- Peso da indústria transformadora no PIB para 20% (dos actuais 14%)
- Índice de competitividade para 50 (dos actuais 129)

### 3.2.1.1. Desenvolvimento da industrialização e da competitividade da economia

- Melhorar o Doing Business, melhorar a classificação para a posição 40 (dos 126 hoje), ou seja estar no ranking top cinco dos países da África Subsariana;
  - Quintuplicar as exportações de USD 2.454.110.900 (18.7% do PIB);
  - Aumentar a participação das exportações de outros produtos para além dos mega-projectos;
  - Aumentar o investimento do sector privado de 7,88% do PIB para 20% do PIB;
  - Optimização do aproveitamento dos recursos naturais
  - Reduzir a taxa de desemprego para um dígito (de 21% hoje);
  - Aumentar os investimentos em Parcerias Público Privadas de 1% do PIB para 2,5% do PIB (estimativas);
  - Triplicar o valor acrescentado na agricultura a partir de USD 2.822.185.332;
  - Aumentar a percentagem de terra cultivada de 15,64% para 50%;
  - Aumentar a parcela de terra irrigada de 3,1% para 30%;

### 3.2.1.2. Desenvolvimento do Capital Humano e a Investigação Científica

- Atingir 95% de conclusão da educação primária;
- Aumentar o acesso a água potável a 97% (de 47% hoje)
- Aumentar inscrições no ensino secundário para 75% (de 43% hoje) e as taxas de conclusão segura acima de 90% (particularmente para as meninas);
- Erradicar a malária;
- Reduzir as taxas de HIV abaixo de 5% (de 14% hoje);
- Reduzir as taxas de mortalidade infantil à luz a 2% (a partir da 141,9 ‰ hoje)
- Taxa de mortalidade infantil (43.9)
- Índice de Gini para 40% (dos )
- Teste Internacional (Leitura, Artmétrica e Escrita)

### **3.2.1.3. Desenvolvimento das infra-estruturas e do planeamento territorial**

- Aumentar os investimentos em infra-estrutura global de 2,5% do PIB para 8%;
- Aumentar a Cobertura dos Consumidores de Energia taxa de eletrificação para 80% (dos 18% hoje);
- Melhorar a conectividade física do país, tendo desenvolvido totalmente os três corredores leste-oeste (Beira, Nacala e Maputo) e um corredor Norte-Sul (rodoviário e ferroviário) , e três dos portos com eficiência / operacional indicadores pelo menos igual à média dos portos Sul-Africana;

## **CAPÍTULO V**

### **4. Factores Chave de Sucesso**

#### **4.1. Revolução Cultural**

Uma abordagem da planificação que integra o aspecto da cultura, ajuda a garantir que as estratégias de desenvolvimento possam criar um ambiente verdadeiramente propício. O “ambiente propício”, geralmente indica que o impacto de uma intervenção depende do grau em que as estruturas sociais, as comunidades e as pessoas sejam receptivas a uma mudança particular. Por outro lado, a ausência de um ambiente favorável, pode minimizar o impacto de um investimento bem como diminuir os resultados esperados.

Combinar a componente cultural, permite examinar o papel dos valores, comportamentos e pressupostos nas decisões de políticas e programas. Permitem ajudar as entidades responsáveis pela concepção de programas a avaliar se as actuais políticas empoderam as pessoas e se estas mesmas pessoas se apropriam dos programas de desenvolvimento, ou se estas levam à exclusão de alguns indivíduos e comunidades, enquanto favorecem outros.

Os hábitos culturais de um país determinam as políticas de desenvolvimento desse mesmo país. São os valores culturais que determinam os níveis de inspiração económica de um país, daí que, no desenho de estratégia de desenvolvimento, deve –se considerar os seguintes níveis de influência dos hábitos culturais:



- participação activa das populações/comunidades no processo de desenho das estratégias de desenvolvimento para conhecer melhor os seus anseios e seus problemas que desejariam ver resolvidos, bem como, a necessidade de incorporar os seus usos e costumes,
- Conhecer os seus interesses porque, a manifestação cultural pode ser uma base a favor, indiferente ou contra o processo de desenvolvimento que se pretende atingir.

Como orientação estratégica é necessário que se desenhe um modelo de revolução cultural que envolva os sectores da cultura, educação, igreja, líderes comunitários, régulos, organizações sem fins lucrativos nacionais, de modo a que estejam todos engajados em campanhas que contribuam para uma revolução da mentalidade, como uma abordagem que orienta para o desenvolvimento, partindo da responsabilidade individual no desenvolvimento da sua vila.

## **4.2. Boa governação e Reforço da soberania**

De modo a garantir o fortalecimento das instituições democráticas e do Estado de Direito, o Estado deve incentivar a cultura de integridade, isenção, transparência, eficácia e eficiência na prestação do serviço público<sup>1</sup>.

Neste contexto, a Melhoria do acesso e a qualidade de prestação de serviços públicos aos cidadãos em toda a extensão territorial, o Combate a corrupção nas instituições públicas, a Descentralização e a Consolidação do Estado Democrático de Direito constituem prioridades do País.

A estratégia nacional de desenvolvimento considera a prestação de contas e o aumento da transparência a todos os níveis como condições primordiais para o alcance do objectivo preconizado.

Por outro lado, a participação do cidadão na formulação, implementação, monitoria e avaliação de planos de desenvolvimento a todos os níveis mostra-se essencial para o sucesso da acção governativa.

## **4.3. Macroeconomia e Finanças Públicas**

---

<sup>1</sup> O momento actual é crucial, quer do ponto de vista da reforma do sector público quer do combate à corrupção, pois os documentos orientadores destes dois processos encontram-se no fim da sua vigência, estando, por isso, em curso a elaboração das novas abordagens que irão orientar estas duas áreas. De facto, a Estratégia Global da Reforma do Sector Público (EGRSP) 2001-2011 está no seu derradeiro ano de vigência e a Estratégia Anti-Corrupção (EAC) 2006-2010 terminou no final do ano transacto.

## 1. Previsões e Metas Macroecómicas

2. Durante o período 2011-2035 prevê-se um crescimento médio anual de cerca 8.7%. Os sectores da Agro-pecuária, Indústria, Transportes e Comunicação, Construção e da Electricidade e Água serão os que mais contribuirão no crescimento previsto, devido aos elevados investimentos previstos para estes sectores. Espera-se que em 2035 o PIB percapita seja o duodécuplo ( cerca de USD 5,141) dos USD 427 de 2010.
3. No que concerne a inflação espera-se que este se situe a um dígito, situando-se em média nos 6% ao ano durante o período 2011-2035.
4. No sector fiscal, espera-se que as receitas do estado tenham uma tendência crescente e se situem em média em 20% do PIB e os Recursos Externos em 7% do PIB mas com tendência decrescente.
- 5.
6. No sector externo preve-se que o défice da Balança comercial reduza dos actuais 10% do PIB para um superávit de 6.2% do PIB em 2035.

**Tabela 1:** Previsão dos Principais Indicadores Macroeconómicos de Moçambique

	2010	2025	2035
<b>Sector Real</b>	<b>Real</b>	<b>Projeções</b>	
Taxa de Crescimento Real (%)	6.8	10.4	8.8
PIB Nominal (Milhões de USD)	9,580.34	59,410.46	213,622.15
PIB Per Capita (USD)	457.20	1,791.40	5,140.90
Inflação Média Anual (%)	12.70	5.10	5.20
População (Milhares de Individuos)	22,417	33,165	41,554
Da qual (15 a 59 anos)	11,200	17,687	23,042
Da qual Economicamente Activa	10,282	16,236	21,152
Esperança Média de Vida ao Nascer (Anos)	52	59	64
Taxa de Mortalidade Infantil	88	59	44
<b>Sector Fiscal ( em percentagem do PIB)</b>			
Recursos Internos	20.0	20.5	23.0
Receitas do Estado	20.3	20.2	22.8
Crédito Interno	(0.3)	0.3	0.2
Recursos Externos	12.7	6.5	4.7
Donativos	8.6	3.7	2.7
Crédito	4.2	2.8	2.0
Despesas	32.3	33.1	32.4
Despesas Correntes	19.1	14.0	10.1
Despesas de Investimentos	13.2	19.1	22.3
<b>Sector Externo ( em percentagem do PIB)</b>			
Balança Comercial	(10.4)	4.3	6.2
Exportações	23.4	24.1	18.7
Importações	33.8	19.8	12.5

7.

As projecções apresentados acima assentam nos seguintes pressupostos:

- a) Crescimento e Estabilidade da Economia Mundial;
- b) Melhoria contínua do Ambiente de Negócios em Moçambique;
- c) Estabilidade Macroeconomica e Politica e
- d) Crescimento Contínuo e Estável do Investimento Directo Estrangeiro.

## 8. Políticas Macroeconómicas

### 8.1. Política Fiscal e Gestão de Finanças Públicas

O governo continuará a fazer a Reforma Fiscal para o alcance dos seguintes objectivos principais:

- a) Aumentar a arrecadação de receitas de uma forma sustentável e justa;
- b) Modernizar e fortalecer a administração tributária,

- c) Desenvolver tecnologias de informação e comunicações, que permitam melhorar os processos de gestão tributária

**No âmbito da Gestão de Finanças Públicas, o governo procurará:**

- a) Melhorar processos de planificação e orçamentação públicos para que sejam mais integrados, eficazes e eficientes.
- b) Garantir a afectação de recursos públicos para áreas prioritárias fundamentais para a redução da pobreza por forma a contribuir para o alcance dos Objectivos do Milénio;
- c) Garantir a transparência na gestão dos bens públicos.

**8.2. Política Monetária e Cambial**

A política monetária será orientada no sentido de garantir uma estabilidade de preços, entendida como uma inflação baixa e estável, no entanto sem por em causa o objectivo de promover um crescimento económico robusto. Adicionalmente será orientada para o alcance dos seguintes objectivos:

- **Consolidar a Estabilidade Macroeconómica:** A manutenção de um baixo nível de inflação concorre para: (i) estimular a realização de novos investimentos privados, seja nacionais ou estrangeiros; (ii) melhorar o ambiente de negócios; (iii) alocar de forma eficiente os recursos disponíveis na economia; (iv) melhorar a distribuição do rendimento; e (v) manter o poder de compra dos consumidores.
- **Competitividade Externa:** O Banco de Moçambique promove a competitividade externa através da política cambial.
- **Bancarização:** No que concerne a bancarização o Banco continuará a envidar esforços na promoção da expansão dos serviços financeiros pelo território nacional.

O Banco de Moçambique continuará a seguir um regime cambial flutuante para permitir ajustamentos da economia á choques reais do sector externo. Neste sentido continuará a restringir as suas intervenções no mercado cambial interbancário para conter as voltilidades da taxa de câmbio e para garantir reservas internacionais que cubram no minimo seis meses de importações.

## 5. POLÍTICAS CHAVE

- ✓ Competitividade económica;
- ✓ Política industrial;
- ✓ Formação técnico- profissional e vocacional
- ✓ Ligações entre os grandes investimentos e os produtores locais
- ✓ Programação de investimentos públicos
- ✓ Gestão macroeconómica de recursos provenientes da exploração dos recursos naturais;
- ✓ Inovação tecnológica e científica
- ✓ Revisão da política aduaneira para garantir a protecção da indústria interna durante os primeiros 5 anos
- ✓ Facilidades de crédito ao nacionais para garantir a sua actuação a jusante das grandes indústrias

## 6. INVESTIMENTOS CHAVE

Dado os recursos limitados de que o País dispõe, o princípio para os investimentos chave em Moçambique será a selecção de um determinado número de sectores e / ou de áreas específicas para avançar, com base em um conjunto de critérios, tais como as possibilidades de sucesso, a relevância estratégica para o país, as oportunidades existentes, os sinais de sucesso, as dotações já existentes, os recursos do setor privado, a vontade de se envolver por parte dos governos provinciais e, particularmente, o impacto sobre o emprego (trabalho/sectores intensivos em mão-de-obra deve ser uma prioridade).

Nesse sentido, as grandes áreas a serem consideradas serão:

- ✓ Grandes projectos de investimentos (barragens, centrais térmicas)
- ✓ Investimentos em recursos minerais e petrolíferos
- ✓ Abordagem dos corredores de desenvolvimento (estradas, pontes, aeroportos, portos,
- ✓ Reservas sustentáveis de água

Os investimentos em centrais térmicas e sobretudo em infra-estruturas devem levar em consideração a criação de uma indústria transformadora que irá concorrer para a transformação dos recursos, cujos

os benefícios deverão se reverter para financiar áreas prioritárias de desenvolvimento como é o caso do sector agrário.

## 8. MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO

### 1. Operacionalização

- A Estratégia Nacional de Desenvolvimento será materializada através dos instrumentos constantes no Sistema Nacional de Planificação.

### 2. Monitoria e Avaliação

- A monitoria da Estratégia Nacional será feita através do Plano Qquinquenal do Governo, do Plano Económico e Social e do Plano Integrado de Investimentos. A avaliação da estratégia será com base em inqueritos, tais como:
  - **QUIBB** (Questionário de indicadores básicos de bem estar)
  - **IOF** (Inquérito ao orçamento Familiar)
  - **MICS** (Inquérito dos Indicadores Multiplos)
  - IDS** (Inquérito Demografico de Saúde)

## 9. RISCOS

### Factores de risco

- Políticos
  - Vontade politica
  - Falta de sensibilidade da oposição para apoio a agenda ao Governo
  - Influencia externa
- Culturais
  - Mudança de mentalidade
  - Accoes combinadas e orientadas para os resultados
  - Fobia pela riqueza, nos termos da abordagem feita no âmbito das barreiras ao desenvolvimento de uma classe media
- Financeiros
  - Dependência externa
- Externos
  - concorrência externa e bloqueio ao desenvolvimento
  - Ameaça na região

- Ameaça no mundo
- Institucionais
  - Abordagem sectorial vs abordagem integrada

### **Factores de resiliência ao risco**

- Clareza de objectivos
- Clareza da visão
- Boa governação e transparência
- Clareza de políticas orientadas para os resultados
- Comprometimento de todos
- Estabelecimento de parcerias e protecção do sector privado nacional
- Investigação e pesquisa orientada para a aplicação de tecnologias concorrenciais e amigas do ambiente.